



5740 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)  
GT11 - Política de Educação Superior

A LÓGICA DE MERCADO E O MUNDO DO TRABALHO NA FORMAÇÃO DE ENGENHEIROS  
Lindisay Giany Moreira - UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
Antonia Costa Andrade - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

### A LÓGICA DE MERCADO E O MUNDO DO TRABALHO NA FORMAÇÃO DE ENGENHEIROS

**RESUMO - A lógica de Mercado e o Mundo do Trabalho na formação de Engenheiros.** O artigo discutiu a perspectiva formativa dos Cursos de Engenharias da UEAP. Tratou-se de um estudo documental, considerando os aportes teóricos e metodológicos do Materialismo Histórico-Dialético e Análise do Discurso de Bakhtin. Os resultados apontam fortemente uma formação de engenheiros voltada para atenderem as demandas do mercado, formando-os para o empreendedorismo. Esse cenário revela uma educação superior com características fortemente imbricadas com o processo de globalização e com as determinações oriundas de organismos internacionais multilaterais.

Palavras-chave: **Universidade. Engenharias. Mercado.**

### INTRODUÇÃO

A Universidade na condição de bem público está fortemente associada ao sentido de democracia, bem como aos aspectos político e cultural que regem um país, embora seu papel tenha sofrido, ao longo dos séculos, profundas transformações. O contexto histórico e, por conseguinte, o tempo e espaço em que se insere a Academia, são a força motriz das adaptações às quais se submeteu. Isso em virtude de os caminhos traçados serem diretamente influenciados pelos interesses das classes hegemônicas seja no contexto sociopolítico, econômico ou ideológico.

Enquanto Instituição, não pode ser separada do sistema econômico-social em que está inserida. O capitalismo maduro ou tardio traz em seu bojo a promoção da fragmentação de todas as esferas da vida social, sobretudo os alicerces da identidade e das formas de luta de classes, onde sociedade e Natureza são submetidas e controladas por estratégias de intervenção tecnológica e submissas ao poderio hegemônico.

Esse fenômeno expansionista que corrobora com as intensas transformações na Universidade, traz à tona o modelo de transnacionalização da Educação Superior, que vem assumindo lugar como uma das manifestações da internacionalização da educação superior, consolidando-se uma era de sua *mcdonaldização*, do capitalismo acadêmico, ou seja, do estabelecimento da era da neocolonialista na educação superior (MOROSINI *et al*, 2010).

Torna-se imperativo entender qual o sentido formativo desses engenheiros, pois a depender do papel formativo desses cursos, revela o ideal de trabalhador pautado nos padrões produtivos, cuja função unilateral (formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho) deve ser combatida em favor de uma Universidade unitária e omnilateral.

A escolha pelo método Materialismo Histórico-Dialético se deu em virtude do mesmo conceber os fenômenos naturais e sociais de modo dialético, bem como sua interpretação acerca dos mesmos, uma teoria materialista. Portanto, o materialismo histórico é compreendido como a aplicação dos princípios do materialismo dialético ao estudo dos fenômenos da vida da sociedade e de sua história.

Para Marx e Engels (1993), a educação – apesar de não ter elaborado uma teoria a respeito – é um objeto que está inserido em uma sociedade de classes. Para o autor, educar exige uma revolução cultural radical, que traria à tona o que nos aliena, sobretudo no reconhecimento de um processo de mercantilização da educação e alienação do trabalho. Nesse sentido, ressalta que:

Toda luta de classes é uma luta política [...]. A burguesia mesma, portanto, fornece ao proletariado os elementos de sua própria educação, isto é, armas contra si mesma [...]. Com o progresso da indústria frações inteiras da classe dominante são lançadas no proletariado [...] também elas fornecem ao proletariado uma massa de elementos de educação. (MARX; ENGELS, 1993, p. 75).

Recorreu-se à abordagem qualitativa como natureza da pesquisa, com realização da pesquisa documental. Optou-se pela Análise do Discurso (AD), segundo a perspectiva de Bakhtin (2010). Cumpre ressaltar que os instrumentos utilizados foram: Projetos Pedagógicos dos Cursos (de Produção, de Pesca, Ambiental, Florestal e Química), Relatórios da Comissão Própria de Avaliação e *home page* da Instituição.

## Mundialização do Capital e o papel do Estado no Mundo do Trabalho na sociedade capitalista

O Estado enquanto ordenamento político materializa sua ação voltada à Educação por meio de políticas públicas. Porém, a verticalização do poder suprime o direito em detrimento da sua horizontalização, onde a o papel do Estado no mundo globalizado se torna a dialética da mundialização do capital, apresentando-se como um universo múltiplo e complexo, concretizado na internacionalização da produção, do mercado, do trabalho e da cultura.

Nesse contexto, Chesnais (2001) traz à tona uma importante reflexão acerca da mundialização do capital, sobretudo da forma como é representado enquanto fenômeno natural ou sendo exclusivamente econômico. Por isso, é imperativo analisá-lo para além dessas concepções. Afinal, o capital só obteve êxito em sua expansão em nome de uma “liberdade” de mão única: máxima aos interesses do capital e privado ao exercício dos direitos de interesse da coletividade e dos trabalhadores. Em síntese: o Estado determina a natureza da liberdade e a quem ela se destina.

Em decorrência do amplo processo de reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e do cenário de desindustrialização e privatização, um enorme contingente de trabalhadores é expulso do mercado de trabalho: “idosos”, por serem considerados ultrapassados e jovens, que sem perspectiva de emprego, se submetem, junto com a mão de obra feminina, a trabalhos precários, de menores salários, desregulamentado e preferencialmente *part-time*. Aliado a isso, a inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, nas mais diversas atividades produtivas.

É nesse contexto que se insere a discussão sobre o papel da educação superior, em que se observa uma forte e explícita tendência da educação em formar os sujeitos para atender as demandas mercadológicas, deixando clara a concepção de sociedade do conhecimento, cuja qualificação técnica de qualidade duvidosa é posta em prática em detrimento de uma formação omnilateral, formando sujeitos para ingressarem em um mercado de trabalho voltado claramente à obtenção de lucro e rompimento com a concepção marxista de trabalho.

No cenário atual da Universidade brasileira, Martins e Neves (2010) argumentam que houve uma consolidação da nova pedagogia da hegemonia, por meio da “repolitização da política”, envolvendo todo o tecido social, no intuito de redefinir a participação política no intuito de fortalecer o projeto neoliberal da Terceira Via.

Diante da hegemonia, segundo a concepção de Gramsci (1999), concepção de mundo, da classe abastada, do pleno desenvolvimento do capital, observa-se um aprofundamento e maior visibilidade de suas contradições, além da barbarização da vida social. É inerente ao mundo do capital o seu desenvolvimento desigual e combinado, em virtude da perseguição dos superlucros e da produtividade do trabalho, em que diversos elementos que caracterizam o capitalismo tardio em referência à extração da *mais valia* e o mundo do trabalho.

As relações de mercado se tornam mais evidentes com o processo de **globalização**. Acabam-se as “fronteiras” econômicas, demográficas, geográficas, históricas, políticas, culturais e sociais, em nome da criação de um mercado de alcance mundial. Gorender (1996) denomina de virtudes ecumênicas da competição e do mercado livre.

Na contramão da legislação trabalhista, restrições à poluição ambiental e desenvolvimento social, a mobilidade praticamente ilimitada do capital financeiro e industrial, o mercado global ganha cada vez mais espaço. Esse processo de globalização (entende-se como seu sinônimo a **mundialização do capital**), segundo Chesnais (2001) inaugura uma nova fase do processo de **internacionalização do capital** (fomentada pela globalização e mundialização do capital, que ultrapassa as barreiras em âmbito do Estado nacional) sob a hegemonia do capital financeiro, que acaba por abranger regiões do mundo que apresentam mercados e políticas favoráveis ao fortalecimento desse contexto político e econômico, marginalizando aquelas que estão alheias ao processo.

Em síntese: “a globalização como mundialização do capital incorpora, em si, as próprias características da lógica do capital, isto é, ela é excludente, desigual e seletiva” (ALVES; CORSI, 2002 p. 1). Essa concepção empresarial da internacionalização do capital tem efeito sobre as políticas públicas voltadas para a educação. A mercadorização do ensino e a financeirização do capital alteram o paradigma das universidades voltando sua perspectiva para atendimento do mercado, onde se insere a **transnacionalização**, em sentido público e privado, ultrapassando os fins político, jurídico e financeiro. É nesse contexto que se insere o saber enquanto produto, fundando a sociedade do conhecimento por meio dos grandes conglomerados empresariais da educação.

Para isso, é necessário que toda a sociedade se mobilize junto ao movimento docente, que historicamente tem se mostrado resistente ao levante contra a alienação e ao estranhamento que a Universidade esteve e está sendo submetida. Porém, a reversão desse quadro não deve se restringir aos espaços acadêmicos, mas extrapolar os muros da Universidade e envolver a todos, pois essa deveria ser a sua maior especificidade: ser de todos, com todos e por todos.

## Construção e desconstrução das Universidades na lógica capitalista

A visão neoliberal incidirá sobre a reforma do Estado e na concepção de ensino superior, cujo serviço educacional será condicionado pela Organização Mundial do Comércio, reconfigurando a universidade, no Brasil e no mundo, sob a ótica mercadológica, alterando o direito à educação de bem público a privado.

As atuais políticas de educação superior revelam um desdobramento de reorganização e ajustamento decorrente desde a década de 1960, com a Lei n. 5.54/68, que dentre os diversos efeitos observados, cabem destaques a dois: primeiro, dar condições às instituições a articularem as atividades de ensino e de pesquisa e segundo, modernizar as IES que incorporaram gradualmente as modificações acadêmicas propostas pela Reforma.

A materialização dessas reformas, com maior ênfase aquelas que se desdobram década de 1990, são explicitados, em sua maioria, nos documentos oficiais e relatórios de organismos multilaterais, como o Banco Mundial. Porém, “[...] sabemos que seus diagnósticos e prognósticos são perfeitamente adequados às soluções neoliberais [...] objetivando a reforma do Estado e a reestruturação capitalista [...]” (SGUISSARDI, 2009, p. 16).

O BM direciona a Educação Superior para a área de investimentos econômicos e da produção de consenso, materializados nos documentos *La enseñanza superior: lecciones derivadas de la experiencia* (1995); *Educación Superior en los países en desarrollo: peligro y promesas* (2000); e *Construir sociedades del conocimiento: nuevos retos para la educación terciaria* (2003), imprime um caráter economicista às orientações para a educação, além de ajustes e assessorias, adequado aos interesses econômicos dos países centrais.

Essa ideologia da sociedade do conhecimento paira sobre o discurso de que o problema da educação está situado entre a

articulação da qualidade dos conhecimentos solicitados pela sociedade e a qualidade do conhecimento produzido nas universidades, enfatizando o seu papel para o crescimento e a competitividade dos países periféricos. (MARI, 2009). Nesse movimento, a expressão “sociedade do conhecimento” emerge como fundamento epistemológico que articula o papel da universidade enquanto produtora de conhecimentos de valor econômico e de consenso.

Diante do exposto, cabe destaque a duas análises fundamentais: a primeira é que a sociedade do conhecimento não é para todos, pois nem todos os indivíduos, grupos e classes sociais conseguem fazer parte do admirável mundo novo do conhecimento. Há um claro processo de exclusão e de ressubordinação do trabalho. A segunda é que o contexto da sociedade do conhecimento ignora as múltiplas implicações econômicas, tecnológicas, ambientais, culturais, políticas e ideológicas existentes em escala planetária.

Portanto, o ensino superior, outrora visto como direito, é metamorfoseado em privilégio individual, cujo Estado de *benevolente* se converte em mero avaliador e regulador, condicionando tais resultados a um caráter finalístico-eficientista, em uma concepção de que os investimentos destinados seriam maiores que o retorno, aspectos que caracterizam uma universidade heterônoma.

É necessário combater a mercadorização/mercantilização ou *commoditycidade* da educação superior, em que a materialização do que gira em torno do ensino superior se converte em mercadoria vendável e os alunos em cliente/comprador, com formação mínima, bem como do recuo público nos investimentos nesse setor e favorecimento de grupos empresariais.

### **Os cursos de Engenharia da UEAP:** uma avaliação da interação entre projeto de Formação, Mercado de Trabalho e Mundo do Trabalho

No intuito de se ter compreensão macro de qual lógica se imprimem os projetos de formação nas Engenharias da UEAP, optou-se pela Análise do Discurso (AD), segundo a perspectiva de Bakhtin (2010) sobre os documentos relacionados à formação dos Engenheiros. Para isso, foram explorados os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Produção (2009), de Pesca (2009), Ambiental (2011), Florestal (2009) e Química (2010), de engenharias, o Relatório da Comissão Própria de Avaliação e *home page* da Instituição. Além disso, serviram como documentos complementares à pesquisa o Relatório de Avaliação Institucional do ano de 2015 e notícias veiculadas na Home Page da Instituição. As análises foram organizadas em três concepções principais: 1) Universidade e dimensões formativas; 2) epistemológicas e curriculares e 3) de trabalho.

#### 1 Concepção de universidade e dimensões formativas

Como instituição que se dedica à produção científica e desenvolvimento do conhecimento, o conceito e o papel da Universidade se moldam às épocas históricas e ao contexto social em que se inserem. Os movimentos históricos, a correlação de forças, as disputas de hegemonia e dominação, a Universidade e o conhecimento que produz podem ser pensados para a emancipação ou como um instrumento de ajuste, atendendo às demandas da sociedade capitalista. É nesse sentido que se destaca o fragmento do PPC de Engenharia Florestal (Figura 1), que revela quais as demandas e expectativas que a Instituição se submete (UEAP, 2009a, p. 13).

Figura 1 - Sobre a concepção de Universidade.

Dar visibilidade social, cultural, intelectual à produção científica de docentes e estudantes, com vistas a participar do processo de **inserção do Estado do Amapá no mundo globalizado**, operando nas expressões de seu potencial sócio-cultural e ambiental e num sistema de **intercâmbio e parceria igualitária** com outras instituições nacionais e internacionais.

Fonte: PPC de Engenharia Florestal (UEAP, 2009a, p. 13)

O trecho destacado acima revela uma associação da Universidade à reestruturação produtiva em curso, à globalização capitalista, sobretudo em relação a fatores e processos estes que estão modificando profundamente as sociedades contemporâneas, seus valores e suas instituições, com ênfase ao intercâmbio e parcerias que estabelecem ao mesmo tempo em que cortejam o mercado.

O intercâmbio e parceria igualitária mencionados no fragmento da Figura 1 se materializam nos acordos de Cooperação Interinstitucional com a Universidade da Guiana Francesa e no Marco de Cooperação Acadêmica com a Universidade do Vigo, Espanha. No primeiro caso, as universidades poderão desenvolver projetos conjuntos, especialmente nas áreas de Engenharia de Pesca e Florestal.

O processo de globalização vincula-se ao projeto de internacionalização do universo acadêmico, visto que essa última se torna a materialização das políticas e práticas desenvolvidas pelos sistemas acadêmicos, instituições e indivíduos na Universidade. Ambas, portanto, convergem enquanto manutenção da sociedade capitalista e de toda a sua complexidade, um cenário ao qual a própria Universidade acaba por se adequar ao poderio hegemônico, em adequação às exigências dos organismos internacionais.

A internacionalização da educação superior brasileira, dessa forma, acaba por se submeter a propostas homogeneizadoras e que descaracterizam a própria Universidade, em atendimento ao processo de globalização. Além disso, a internacionalização se tornou um indicador de *qualidade* da educação superior, conforme o Ranking por internacionalização da UEAP, pelo Instituto Datafolha, realizado em 2014 e publicado em 2015.

No tocante à concepção de engenheiro e relevância dos cursos para a sociedade, os documentos revelam discursos importantes que dão maior concretude à compreensão acerca das dimensões formativas desses profissionais. Segue o fragmento do PPC de Engenharia Química cuja análise do discurso sobre os destaques revelam ser evidente a formação voltada para o atendimento das demandas mercadológicas.

Figura 2 – Concepção de Engenheiro presente do PPC do curso de Engenharia Química.

O futuro engenheiro químico que a UEAP disponibilizará para o mercado de trabalho local, regional e nacional será instruído através de uma sólida formação nas ciências básicas como matemática, química, física e biologia, fornecendo, então, elementos de construção cognitiva das tecnologias existentes e a capacidade de adaptarem-se as novas que surgem a todo o momento em função do desenvolvimento da ciência e da própria tecnologia com a era do conhecimento.

Outra característica desejada na formação deste profissional é baseada nos referenciais dos cursos de engenharia onde modelam um profissional generalista plenamente apto e capacitado as mudanças das demandas sociais e tecnologias promovendo o desenvolvimento no setor produtivo, mantendo-se atualizado e Este perfil esperado, adequado às novas exigências, deverá assegurar que o egresso, no amplo desenvolvimento de suas aptidões profissionais tenha:

c) Capacidade para projetar um sistema, componente, processo ou produto para atender determinados requisitos e a demanda de mercado;

l) Incentivar, inovar e desenvolver e melhorar novos estudos, projetos e produtos com insumos locais, naturais ou não para a comercialização e divulgação dos APL's;

Fonte: PPC de Engenharia Química, UEAP. (UEAP, 2010, p. 42-43)

Nesse sentido, mesmo a UEAP abraçando funções diversas atuando, sobretudo na criação e desenvolvimento crítico da ciência e sendo um privilegiado espaço de aprimoramento científico, técnico, cultural, social e econômico para a sociedade, os documentos revelam que sua atuação se concentra na preparação para o exercício de atividade profissional que exija a aplicação de conhecimentos e métodos científicos.

## 2 Concepções epistemológicas e curriculares

Os aspectos formativos na Universidade são fortemente influenciados pela concepção epistemológica do corpo docente. Percepção essa que é materializada nos documentos utilizados em análise. Os documentos revelam o processo de mediação e os aspectos socioculturais, bem como o processo de intenções imprimido na elaboração dos documentos voltados para a formação dos Engenheiros. Corroborando com essa ideia, os discursos são destacados nos fragmentos retirados dos documentos enfatizam qual a concepção epistemológica dos cursos, corporificados nos PPCS.

Figura 3 – Sobre o paradigma pedagógico do Curso de Engenharia de Pesca

O conceito de educação ao longo de toda a vida levou a Comissão Internacional sobre Educação da UNESCO a eleger os quatro pilares considerados bases da educação do século XXI: Aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. Nesta construção, o ato de aprender é uma aprendizagem porque deriva do próprio aprendiz diferindo do conceito de aprender como um ato de informação, resultante da transmissão do conhecimento. Portanto, trabalharemos, neste projeto pedagógico, considerando que aprender é um ato que o sujeito exerce sobre si próprio.

Fonte: PPC de Engenharia de Pesca, UEAP (UEAP, 2009c, p. 55-56).

O documento defende ainda uma metodologia “ativa e crítica” (UEAP, 2009c, p. 57) que promove a “construção do conhecimento a partir da ação-reflexão-ação” (UEAP, 2009c, p. 57) e o docente é visto como um “facilitador da aprendizagem” (UEAP, 2009c, p. 57-58) e o estudante “será responsável por seu aprendizado, o que inclui a organização de seu tempo e a busca de oportunidades para aprender” (UEAP, 2009c, p. 59).

Os quatro pilares citados nos fragmentos acima, se repetem nos demais PPCs dos cursos de Engenharia. Esses *quatro pilares da Educação* são conceitos baseados no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors, no livro “Educação: um tesouro a descobrir” (DELORS, 2003), aponta como principal consequência da sociedade do conhecimento a necessidade de uma aprendizagem ao longo de toda a vida.

A Pedagogia Liberal Renovada Progressivista, concepção que sustenta epistemologicamente a ideologia dos quatro pilares da educação, ao contrário do que o nome sugere, é uma manifestação do capitalismo e da sociedade de classes. Trata-se de uma corrente pedagógica que defende que as instituições devem preparar os indivíduos para exercerem um papel social, de acordo com aptidões individuais.

O PPC de Engenharia de Pesca evidencia uma crítica à pedagogia tradicional, abordada como *educação bancária* pelas palavras de Paulo Freire (LUCKESI, 2011). Isso mostra que, mesmo enfatizando que se deve criar “[...] condições para que desenvolvam determinadas competências e habilidades e aprendam a aprender tornando-se, assim, verdadeiramente autônomos.” (UEAP, 2009c, p. 65), defende-se um ensino crítico de rompimento com ideias pré-concebidas.

Além disso, apesar da contradição epistemológica evidente no PPC, ora defendendo a concepção de *aprender a aprender* e desenvolvimento de habilidades e competências, reconhece a concepção vigotskiana de aprendizagem, que valoriza o conhecimento prévio do aluno, sua zona de desenvolvimento real (DUARTE, 2000). Freire e Vygotsky têm por base epistemológica o pensamento marxista, de crítica à sociedade de classes.

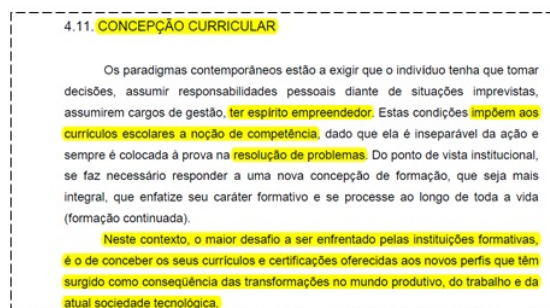
O mesmo documento discorre sobre as dimensões básicas do conhecimento defendidas por Paulo Freire, que são: dimensões lógica, histórico-cultural, gnosiológica e dialógica. Freire é defensor da Pedagogia Progressivista Libertadora. Trata-se de um paradigma que busca contribuir para desvelar a realidade social de opressão, questionando as relações homem-natureza e homem-homem (LUCKESI, 2011).

Na perspectiva dessa tendência pedagógica, a relação entre discente e docente é horizontal, os dois se posicionam enquanto sujeitos do ato de conhecimento. Porém, no PPC de Engenharia Florestal, o docente é retratado como um “facilitador da aprendizagem” (UEAP, 2009a, p. 56), enfatizando que os métodos e técnicas de aprendizagem devem “conduzir o estudante à autonomia, à emancipação intelectual [...]” (UEAP, 2009a, p. 55) e que o estudante deve ser levado a construir hipóteses sobre situações-problemas, realizando uma síntese “[...] por meio da generalização e fixação da aprendizagem.” (UEAP, 2009a, p. 56), argumentos contraditórios, visto que, a posição de “facilitador da aprendizagem” e de “fixação da aprendizagem” são comuns às perspectivas liberais, enquanto a defesa pela autonomia e emancipação intelectual são particulares das tendências progressistas, opostas, portanto, às liberais.

Vale ressaltar também que, em relação ao processo de ensino, segundo o Relatório de Avaliação Institucional, “os docentes avaliam que a UEAP tem dificuldade em ofertar condições para o desenvolvimento do ensino [...] com conceito ruim” (UEAP, 2015, p. 16). O mesmo relatório também denuncia que é indispensável a revisão e melhoria dos incentivos à pesquisa, com necessidade de ampliação no investimento em extensão, bem como a ampliação de espaços para o atendimento aos acadêmicos e sobretudo “repensar a construção de novos PPCs que atendam efetivamente a exigência de uma educação superior com qualidade” (UEAP, 2015, p. 73).

Em relação à concepção de currículo dos cursos de Engenharia, é notório o estreitamento entre a formação, o mercado e o empreendedorismo, conforme a Figura 4, que destaca um currículo voltado para atender às transformações no mundo produtivo, mediante a evolução tecnológica atual.

Figura 4 - Concepção curricular do curso de Engenharia Florestal



Fonte: PPC de Engenharia Florestal (UEAP, 2009a, p. 45)

Nos PPCs de Engenharia de Pesca (UEAP, 2009c) e Produção (2009b), as seções de “concepção curricular”, discutem que paradigmas contemporâneos exigem um indivíduo que tenha “[...] espírito empreendedor” (UEAP, 2009c, p. 46), condições estas que “[...] impõem aos currículos a noção de competência” (UEAP, 2009c, p. 46, grifos nossos), enfatizando que esse contexto é um desafio para as instituições formativas, visto que o currículo exige “novos perfis que tem surgido como consequência das transformações no mundo produtivo, do trabalho e da atual sociedade tecnológica.” (UEAP, 2009c, p. 46), além de criticar uma formação supostamente obsoleta em sua matriz, nos documentos é mencionada como **grade**, em busca de ser capaz de “qualificar o estudante para o mundo do trabalho, para a vida cidadã, para a vida em sociedade.” (UEAP, 2009c, p. 47).

Ainda na seção de concepção curricular, o documento reforça que na universidade deve-se “instalar a cultura da responsabilidade social incorporada ao currículo da graduação para gerar o desenvolvimento econômico” (UEAP, 2009c, p. 51). Além disso, enfatiza a “[...] criação de novas formas de estágio, referentes às renovações de mercado”. (UEAP, 2009c, p. 71).

Apesar dos documentos trazerem à tona a importância de uma formação humanista e crítica no tocante à resolução de problemas de ordem social e ambiental, vinculam a mesma formação, com maior ênfase, ao mercado de trabalho, submetendo assim a formação do Engenheiro às demandas do mercado, organizando o ensino de modo a atender as exigências do mundo globalizado e não das demandas sociais, como inferem nos documentos. Além disso, o próprio Relatório de Avaliação Institucional revela que existem dois pontos preocupantes em que os docentes apontam que os PPCs “não contribuem para o desenvolvimento econômico e social, tampouco para as defesas do meio ambiente e memória cultural e a produção artística”. (UEAP, 2015, p. 15).

Em consonância com essa discussão, as ementas das disciplinas reforçam a concepção curricular adotada ao longo do documento, sobretudo na quantidade de disciplinas voltadas para o empreendedorismo, submetendo a Universidade à lógica mercantil, utilizando-se da lógica empresarial na organização dos conteúdos e bibliografias básicas e complementares desses sujeitos, como se observa nos discursos em destaques dos fragmentos retirados dos documentos.

Figura 5 - Referência à matriz curricular de disciplinas de Engenharia de Produção

EMPREENDEDORISMO PARA ENGENHEIROS I
<p><b>EMENTA</b> Estudo dos conceitos e mitos do empreendedorismo, contextualização e conceitos sobre empreendedorismo, inovação, propriedade intelectual (propriedade industrial e direito autoral) e elementos necessários para a elaboração de planos de negócios.</p> <p><b>OBJETIVO</b> Capacitar os alunos a compreenderem a implantação de empreendimentos, com suas análises econômico-financeiras, estudo de mercados, fontes de financiamento, estruturação de preços, procurando incentivar a criação de novas empresas visando principalmente a transformação de matéria-prima existente na região em produtos comercializáveis.</p>
EMPREENDEDORISMO PARA ENGENHEIROS II
<p><b>EMENTA</b> Plano de Negócios, Financiamento e Negociação. A função social do elemento empreendedor.</p> <p><b>OBJETIVO</b> Capacitar os alunos a compreenderem a implantação de empreendimentos, com suas análises econômico-financeiras, estudo de mercados, fontes de financiamento, estruturação de preços, procurando incentivar a criação de novas empresas visando principalmente a transformação de matéria-prima existente na região em produtos comercializáveis.</p>

Fonte: PPC de Engenharia de Produção (UEAP, 2009b, p. 151 e 163)

Ao discorrer sobre a concepção de currículo do PPC de Engenharia Química, o mesmo apresenta uma definição apresentada por Michael W. Apple e associa o aprendizado ao desenvolvimento de habilidades e competências. Uma concepção contraditória, visto que o discurso apresentado no documento não condiz com a ideologia defendida pelo autor. Apesar disso, ressalta-se a relevância da apresentação de um autor que critica a lógica capitalista imposta aos sistemas de ensino.

Com efeito, o ensino e a neoprofissionalização do sistema de educação superior se tornam cada vez mais evidentes, diante da produção de conhecimento economicamente útil, isto é, comercializável, o que afeta de forma substancial a concepção de universidade como instituição social e democrática.

São evidentes, portanto, as representações e as concepções, na ética e na prática da Instituição a materialização de um individualismo, competição e a adoção de práticas imediatistas em relação às demandas do mercado. Assim sendo, provoca-se o desmonte da educação como direito social e como compromisso social coletivo.

### 3 Concepção de Trabalho

Na compreensão marxista, o trabalho, possui um grande valor por ser a atividade afirmadora da vida, que forma a existência dos indivíduos e instaura-lhe um caráter social. É no que se materializa a ação exclusivamente humana ante os demais seres vivos. Trata-se, portanto, da fonte de toda riqueza e bem material.

Diante disso, os documentos revelam como a UEAP percebe a categoria *trabalho* e seus vínculos com a lógica mercantil, sobretudo na relação que estabelece ao formar o engenheiro para o empreendedorismo. Dessa forma, os discursos são destacados nos fragmentos retirados dos documentos enfatizam qual a concepção de trabalho dos cursos, corporificados nos PPCS.

Figura 6 – Sobre a figura do egresso de Engenharia Florestal.

\* Cidadão capacitado para a atividade profissional nos setores do mercado de trabalho para o qual venha a ser selecionado, qualquer que seja o nível em que se situe.

Fonte: PPC de Engenharia Florestal (UEAP, 2009a, p. 32)

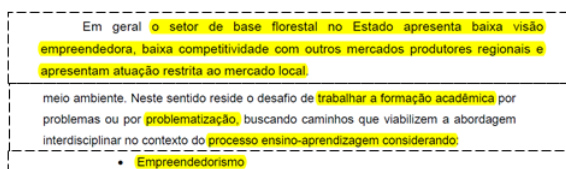
Observa-se um discurso semelhante na página seguinte do documento, ao tratar das Metas da Instituição, ao enfatizar que a mesma deve “qualificar recursos humanos em níveis de graduação e pós-graduação, para suprir as demandas do mercado de trabalho local” (UEAP, 2009b, p. 8) e também ao “capacitar técnicos com base na cultura do empreendedorismo visando à criação de novos empreendimentos no Amapá”. (UEAP, 2009b, p. 8).

Além disso, esse mesmo PPC ao tratar da inserção estratégica da UEAP no desenvolvimento local e regional, destaca que a biodiversidade apresenta-se enquanto desafio às políticas públicas no tocante ao desenvolvimento do Estado, onde é necessário “potencializar a rica diversidade do espaço territorial do Amapá, transformando-a em oportunidade de negócios [...]” (UEAP, 2009b, p. 9).

O discurso de formação para o mercado é retomado no decorrer do documento, ao enfatizar que “[...] a UEAP terá um perfil predominantemente voltado à profissionalização para o mercado de trabalho [...]” (UEAP, 2009b, p. 12), mas em seguida resgata a importância da formação omnilateral humana ao acrescentar que não irá perder de vista “a formação humana e universal, com preconização dos valores éticos que qualificam a cultura do ser humano” (UEAP, 2009b, p. 12).

Ao tratar da Política de Ensino, o PPC de Engenharia de Produção, dentre as ações pertinentes, o documento destaca “expandir e diversificar a oferta de cursos nos seus diversos níveis e modalidades, considerando as demandas de mercado, sociais e a capacidade técnico-pedagógica da Instituição” (UEAP, 2009b, p. 16). Além disso, determina também que é necessário “formar profissionais com visão empreendedora e senso crítico” (UEAP, 2009b, p. 16), cuja prática profissional do Engenheiro de Produção, deve ser voltada para atender as “[...] demandas suscitadas pelo setor produtivo” (UEAP, 2009b, p. 17) reforçando que o compromisso social da UEAP nesse contexto é “[...] promover o acesso da sociedade ao mundo do trabalho e da cidadania” (UEAP, 2009b, p. 17).

Figura 7 – Visão empreendedora para o curso de Engenharia Florestal.



Fonte: PPC de Engenharia Florestal (UEAP, 2009a, p. 12-13)

A mesma ênfase que se observa no PPC de Engenharia Florestal voltada para o empreendedorismo, é destacado em outros documentos como o PPC de Engenharia de Pesca, cuja formação acadêmica tem que ter uma “abordagem interdisciplinar no contexto do processo de ensino-aprendizagem considerando: o aluno como protagonista de seu aprendizado [...] empreendedorismo”. (UEAP, 2009c, p. 41).

O empreendedorismo é reforçado nos demais PPCs e com maior ênfase na seção em que trata de competências e habilidades gerais dentro do Eixo “Modelo Pedagógico do Curso de Graduação em Engenharia de Pesca” (UEAP, 2009c, p. 45). Além disso, nesse mesmo PPC, acerca das habilidades específicas dos engenheiros, destacam: “[...] XVII - conhecer e atuar em mercados do complexo agroindustrial e do agronegócio; XVII - compreender e atuar na organização e gerenciamento empresarial e comunitário; XIX - atuar com espírito empreendedor” (UEAP, 2009c, p. 46). No PPC de Engenharia de Produção há a mesma alusão às habilidades específicas e competências do engenheiro para a “iniciativa empreendedora” (UEAP, 2009b, p. 74).

No trecho do PPC de Engenharia Química, que envolve a contextualização do curso, traz uma discussão em torno dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) como “eixo orientador de promoção econômica e social” (UEAP, 2010, p. 19), citando inclusive o Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE, que explicita essas APLs como “aglomerações de empresas [...] que apresentam especialização produtiva e mantém vínculos de articulação, interação e cooperação entre [...] governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.” (UEAP, 2010, p. 20).

Além disso, o PPC dá ênfase ao Plano Amapá Produtivo, mesma referência é percebida em outros PPCs como de Engenharia de Produção. A discussão em torno das APLs se desenvolve ao longo do PPC, associando a essas a criação do curso de Engenharia Química, destacando dinâmicas das APLs, desenvolvimento empresarial e organização da produção, além de informação e acesso a mercados. Nesse último, cabe destaque a explanação sobre o mercado e seu *modus operandi*, e expressões como: faturamento das empresas, produtos, eficiência, concorrentes, venda, fortalecimento do mercado, empreendedores, produção e projetos de marketing.

Ocorre também no mesmo PPC o discurso em torno da importância do laboratório Multi Industrial, que funciona quanto “Empresa Junior ou incubadora para aplicação de micro-empresendimentos voltados ao setor produtivo em escala de pequeno porte e sustentando a ideia de APLs” (UEAP, 2010, p. 73) relacionando as atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas no laboratório citado para “desenvolvimento de pesquisas voltadas para o perfil de APLs” (UEAP, 2010, p. 74).

O PPC de Engenharia de Produção enfatiza ainda que o egresso deve “interessar-se pela pesquisa e pelo empreendedorismo” (UEAP, 2009b, p. 27). E ao tratar dos “Princípios Orientadores da Formação” do curso, destaca que o deve-se alcançar “[...] Flexibilidade às mudanças socioeconômicas e às perspectivas educacionais, ao trabalho e ao emprego” (UEAP, 2009b, p. 56).

Esse estreitamento existente das relações entre a UEAP e as demandas do mercado afetam diretamente a finalidade da universidade, o modo como ela se concebe e o lugar que nela tem a ideia de ciência e formação. A elaboração da ciência, se reduz a uma prática instrumental e pragmática. Abre mão de formar e do processo de articulação e totalização dos saberes, de diálogo com a história, submetendo-se a uma operação de instrumentalizar sujeitos para uma melhor inserção no mercado de trabalho ou para um mais adequado aproveitamento das “oportunidades”.

## CONCLUSÕES

Diante das análises realizadas em torno dos documentos estipulados é percebida a tendência de formar os engenheiros da UEAP sob a perspectiva mercadológica. Os resultados apontam fortemente uma formação de engenheiros voltada para atenderem as demandas do mercado. Esse cenário revela uma educação superior com características fortemente imbricadas com o processo de globalização e com as determinações oriundas de organismos internacionais multilaterais.

As categorias de análise que tratam da concepção de universidade e dimensões formativas expressam uma forte associação da Universidade à reestruturação produtiva no tocante à globalização, com ênfase ao intercâmbio e parcerias que estabelecem com empresas e demais universidades, revelam os interesses capitalistas em adentrarem no ambiente acadêmico, por meio da internacionalização da Universidade.

A concepção epistemológica mais evidente nos documentos é a da Pedagogia Liberal Renovada Progressivista, materializada pelo discurso dos “quatro pilares da Educação”, cujos documentos reforçam a importância do “aprender fazendo” na formação do engenheiro. Porém, tal corrente pedagógica defende que as instituições devem preparar os indivíduos para exercerem um papel social, de acordo com aptidões individuais, negando as diferenças socioculturais existentes.

Essa ideologia deixa claro a *contradição* no sentido formativo da Universidade, ao adequar o sujeito às demandas do mercado, furtando-lhe o direito de aprender de modo crítico, criticidade essa em muitos pontos defendida pelos documentos, sendo contrária à educação bancária e reforçando estereótipos de trabalhador alienado, tornando confusa a percepção real da formação oferecida pela instituição.

Porém, apesar da *contradição* epistemológica evidente em todos os PPCs, os documentos revelam que há o reconhecimento da concepção vigotskiana de aprendizagem, mesmo que não de modo evidente. Além disso, Paulo Freire e Michael Apple, autores marxistas são citados e suas ideias valorizadas.

Em relação à concepção curricular, os documentos são enfáticos ao definirem as competências e habilidades dos engenheiros, associando-as às exigências do mercado, onde em inúmeros trechos são revelados que, a formação dos engenheiros é para o atendimento às demandas do mercado, inclusive trazendo à tona a discussão de como o egresso é “absorvido” pelo mercado em expansão.

A formação dos engenheiros está também intrinsecamente associada ao empreendedorismo. Esse aspecto é reforçado do início ao fim nos documentos, sendo evidentes inclusive nas ementas das disciplinas e bibliografias utilizadas, cabendo destaque à visão de trabalho humano associado ao exercido por uma máquina.

Com efeito, esse ensino, a neoprofissional da educação superior oferecida aos engenheiros, evidenciam que a eles são destinadas uma instrução do conhecimento que é economicamente útil, isto é, comercializável, cuja denúncia dos próprios docentes no Relatório de Avaliação Institucional deixa evidente que não os forma para o desenvolvimento econômico e social, tampouco para a defesa do meio ambiente e memória cultural e da produção artística.

Conforme explicitado acima, os engenheiros são formados para serem empreendedores. Documentos que também apresentam a biodiversidade "intocável" do Amapá como "entrave" para o desenvolvimento econômico do Estado, deixando claro qual a concepção ambiental que esses documentos trazem em seu bojo: o de exploração a serviço da lógica capitalista.

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) são admitidos nos documentos como eixos orientadores desses PPCs, assim como o Plano Amapá Produtivo, associando a esses a importância da criação dos cursos em atendimentos a essas demandas, reforçando a lógica mercantil como pano de fundo na elaboração dos documentos pedagógicos que são norteadores dos cursos.

É necessário, portanto, trazer à tona as relações entre formação e o mundo do trabalho, no intuito de formar o sujeito na perspectiva do trabalho enquanto categoria marxista que humaniza o homem, fazendo-se necessário a denúncia dos discursos ideológicos hegemônicos na formação e atuação desses profissionais, fortalecendo seu compromisso com as classes trabalhadoras.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni; CORSI, Francisco Luiz. Dossiê "Globalização". **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, v. 10, n.19, p. 7-10, nov. 2002.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. São Paulo: HUCITEC, 2010.

BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. **Da universidade à commoditycidade**: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da Universidade se situaria em algum lugar do passado. Campinas: Mercado de Letras, 2017.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. São. Paulo: Cortez, 2003.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o 'aprender a aprender'**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Autores Associados, 2000.

GORENDER, Jacob. Globalização, revolução tecnológica e relações de trabalho. **Série Assuntos Internacionais - 47**, Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, set. 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2011.

MARI, Cezar Luiz de. Educação superior e sociedade do conhecimento: entre as orientações econômicas e pedagógicas do Banco Mundial na década de 90. **Conjectura**, v. 14, n. 1, jan./maio, 2009.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A nova pedagogia da hegemonia e a formação/atuação de seus intelectuais orgânicos. *In*: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital**: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1993.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no século XXI**: desafios do presente. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **The new brasilian university**: a busca por resultado comercializáveis: para quem? Bauru: Canal 6, 2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ (UEAP). **Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Florestal**. Macapá, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Produção**. Macapá, 2009b.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Pesca**. Macapá, 2009c.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Química**. Macapá, 2010.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Ambiental**. Macapá, 2011.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Avaliação Institucional**. Macapá, 2015.